

programa modelar.

SABER equacionar um problema é meio caminho andado para a solução correta. É com essa esperança, de se ter já logrado um bom avanço, que deve ser acolhida a notícia de estar em fase de acabamento o programa de saúde para o Estado do Rio de Janeiro, sob a direção do Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Sérgio Arouca.

EM NADA fica reduzido o alcance desse avanço, com a insistência do Presidente da Fiocruz sobre o caráter específico do programa elaborado: um programa para o Estado do Rio de Janeiro, não um programa para o Governo Moreira Franco. Ao contrário, esse trabalho técnico, elaborado por equipe de reconhecida experiência e competência, viabiliza a passagem imediata das promessas de campanha à ação administrativa: o Governo Moreira Franco ficará, tão logo instalado, de armas na mão para atacar uma de suas mais urgentes prioridades.

Mais ainda: preocupada, antes de mais nada, com a concepção e elaboração de um programa diretor — é a isso que equivale fazer um programa de saúde para o Estado, mais do que para o Governo — a equipe técnico-científica de Sérgio Arouca estará brindando o Estado com a oportunidade de testar um módulo de ação governamental de posterior aplicação no resto do País.

HÁ MUITO se diz que o Brasil é um grande hospital. Mais exato seria dizer que o País é um universo de morbidez, já que o proverbial hospital não tem leitos, nem médicos; pior, não tem medicina criada e

dirigida em função de uma política de saúde; porque ela opera ainda, no setor social, como se atender à saúde fosse um gesto de sensibilidade pessoal e caridade cristã, e não encargo do Estado.

BASTA remeter-se a alguns dados sobre as "pestes nacionais" a vitimar 12,3 por cento da população brasileira, que O GLOBO enumerava no domingo: cinco milhões de portadores da doença de Chagas, 5,5 milhões com esquistosomose, 300 mil crianças morrendo anualmente de subnutrição, 430 mil novos casos de malária, em 1986, contra 400 mil, no ano anterior. A miséria de nosso setor de saúde evolui na contramão de nosso crescimento econômico; e até doenças de que em grande parte do mundo desenvolvido só se tem hoje um registro histórico, como o flagelo medieval da peste bubônica, ainda aparecem por aqui.

MAS O enfoque sobre essa realidade fluminense e brasileira não é o único nem o maior mérito de um programa com possibilidades de se tornar modelar. Ele progride até as diretrizes para execução, com uma linha mestra: descentralização de atribuições e centralização de recursos.

A DESCENTRALIZAÇÃO, com a divisão do Estado em Distritos Sanitários, responde convenientemente à necessidade de universalização dos serviços públicos de saúde e, paralelamente, evita sua superposição, desperdício de meios indispensáveis à quitação de uma imensa e crônica dívida social do Estado brasileiro. Nesse contexto, a centralização dos recursos signi-

ficará a administração de sua distribuição.

ESTABELECIDA a parte técnica do programa, resta a implementação política. E aí será posta à prova a bagagem de estadista que se exige do governador de um Estado do porte do nosso: ela deverá dossier a habilidade de articulador de Moreira Franco.

PORQUE, entre o quadro do programa diretor, que um governador de descritivo tem que preservar a todo custo, para que não se perca numa política de varejo, e a ação de Moreira Franco, há um trabalho árduo a ser conduzido em frentes diferentes: a dos que querem empollar o poder político e o volume de recursos que um Fundo Estadual de Saúde significa (soman-do investimentos e dotações federais e estaduais); e a dos que sempre vêm no governador um síndico de condomínio, a ter que contemplar grupos políticos, entidades profissionais e aspirações regionais.

NINGUÉM pode iludir-se sobre essas dificuldades. Elas já estão aí presentes e não será apenas invocando idealismos que se irá vencê-las. Aceitá-las e administrá-las é parte da pedagogia da participação com que qualquer governador tem que se familiarizar, no Brasil: é possível ensinar a participar, mediante uma cobrança constante de responsabilidades, até mesmo aos atraídos originalmente por ambições de carreira ou pelo chamado fisiologismo político.

SÓ NÃO será possível, por inadmissível, recuar de um programa que fez das promessas de campanha metas realistas de Governo.